

Giobellina Brumana, Fernando. *Sentidos de la antropología, antropología de los sentidos*, Cádiz, Universidad, Servicio de Publicaciones, 2003, 304 pp.

Maristela Oliveira de Andrade
Professora DCS-Prodema – UFPB

Mauss e a antropologia do significado

Nesse livro Fernando Giobellina, com a peculiar desenvoltura e a indistarcável inquietação, reúne um conjunto de ensaios publicados de forma dispersa em diferentes revistas de vários países de língua latina ao longo da década de 1990, um dos quais a Paraíba teve o privilégio de editar em primeira mão em publicação do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Religiosidade (Religare). Merece destaque, porém, um outro texto também publicado no Brasil que foi recuperado de um pequeno livro editado no início da década anterior, o qual, aliás, teve uma repercussão significativa para a formação de antropólogos brasileiros naquele momento, entre os quais me incluo pessoalmente. Trata-se de *Antropologia dos sentidos. Introdução às idéias de Marcel Mauss*, editado em 1983, que, sensível ao pensamento do etnólogo francês, estimulou a leitura dos seus ensaios, ao mesmo tempo em que ajudou os leitores a obter uma apreensão mais crítica e mais fiel de tais idéias e do seu papel crucial na construção do pensamento antropológico.

Na ordenação que buscou dar ao recente livro, que ganhou visivelmente volume e densidade, o autor adotou uma divisão em duas partes,

de modo que na primeira explorou os sentidos da antropologia, em que teceu reflexões provocadoras sobre a especificidade do objeto científico da antropologia definido como “o outro” e a dimensão da alteridade representada pela diversidade cultural, como estratégia precária para assegurar a objetividade científica pela garantia do distanciamento. Nesse embate inseriu a questão da identidade no próprio campo da antropologia, em que problematiza a formulação desse conceito como categoria que somente surge ante uma experiência real com a alteridade, submetida a uma situação de tensão ou de desordem, num contexto em que a identidade se encontra ameaçada. Citando breves comentários de Lévi-Strauss em um colóquio na França sobre identidade, reconhece sua contribuição tão-somente na sugestão de que sua significação se apresenta no máximo como mecanismo classificatório, o que, para o antropólogo hispânico, seria a chave para apreender o sentido da identidade, acrescentando sua implicação antes de tudo política, já que seu desenvolvimento constitui sempre uma estratégia (p. 99, 100, 101). Na segunda parte do livro é que retoma o tema abordado no primeiro já citado, centrando sua atenção na obra de Mauss mais uma vez, como referência essencial para o pensamento antropológico, indicando ainda o fato de que, por meio de uma análise sobre a noção de pessoa como categoria social historicamente construída, esta se tornaria uma referência clássica para o desenvolvimento dos estudos em torno da noção de identidade, que só entraria no discurso antropológico décadas mais tarde, assumindo papel central em inúmeros estudos antropológicos mais recentes.

Nesta breve apresentação do livro de Giobellina se buscará seguir as pistas dadas por ele para captar as múltiplas dimensões do significado como instância privilegiada da reflexão antropológica herdada especialmente da escola sociológica francesa, expondo uma crítica severa aos antropólogos herdeiros da tradição empírica anglo-saxônica que acabam por realizar um exercício de tautologia ao formular categorias de análise

tão presas à realidade, que fecham a explicação nela mesma. Assim é que as reflexões de cunho epistemológico, desenvolvidas com grande apuro nesse livro, desenham um quadro crítico sobre a construção do pensamento científico antropológico, situando questões essenciais como o lugar do sujeito perante o objeto científico, ou a relação entre as categorias de análise construídas pelo antropólogo em sua correspondência com as categorias do “outro” ou do nativo como representações do real, e ainda o seu caráter inconsciente, como se verá logo mais, o seu papel na construção do sentido.

Se no conjunto este livro lida com particular atenção da antropologia em sua dimensão teórica e de reflexões de gabinete, para sermos fiel ao autor, não podemos deixar de situar os textos com foco na dimensão etnográfica em que se manifesta a base empírica ou de campo da antropologia, que aliás corresponde à modalidade de inserção desse autor nos estudos antropológicos, nos quais dedicou a maior parte de sua produção etnográfica às religiões afro-brasileiras, com destaque para a Umbanda e o Candomblé. A inclusão do texto “Processos identificatórios no Candomblé” reflete uma postura que não abre mão de uma filiação a um modelo etnográfico, que se fundamenta numa elaboração teórica subjacente à descrição etnográfica. No texto em questão adota como suporte a categoria de orixá como significante que permite dar aos fiéis um quadro ou uma referência de auto-identificação, baseado no perfil psicológico do orixá traçado pelas narrativas míticas ligadas a ele, nas quais emergem vários sinais distintivos externos e internos de cada um.

Retomando a reflexão sobre a prática etnográfica em si mesma em seu valor heurístico, considera que o projeto científico levado a cabo pela antropologia constitui uma aposta que, se não tem levado a resultados que assegurem certezas, mas antes ampliam as incertezas, insiste na promessa dessa disciplina de conduzir a experiência com os “outros” e

consigo mesmo (p. 40). Sua análise aponta que a tentativa de apreensão do “outro” tem produzido uma aproximação que habitualmente provoca como seqüela um certo estranhamento de si mesmo, dos seus referentes ou valores culturais de modo a gerar uma nova consciência, conforme o autor nos explica a seguir: “Captar o sentido alheio, e os mecanismos de produção deste sentido, passa por perder o próprio sentido” (p. 25). De fato, ele aponta uma peculiaridade na base empírica relativa à antropologia que a distingue daquela das outras ciências, na medida em que não se trata de executar uma coleta de dados pura e simples, mas de vivenciar uma experiência que invariavelmente deverá afetar o pesquisador, cujo efeito se fará sentir na elaboração teórica subsequente ao seu trabalho de campo, podendo afetar o conjunto da disciplina. A amplitude ou profundidade de tal experiência dá ao trabalho de campo um significado especial, uma vez que o principal instrumento da pesquisa é o próprio pesquisador na consciência de si mesmo. Diante de tal argumento, o antropólogo de campo apresenta-se com nítidas vantagens sobre aquele de gabinete, apesar de reconhecer a magnitude alcançada pelo trabalho de gabinete realizado por Mauss.

Nesse contexto procura dar relevo não só à consciência, mas, sobretudo, ao inconsciente como instância comum ou coletiva que permite explorar a dimensão do significado que se expressa não apenas no discurso como nas práticas, e que permite traduzir ou apreender o “outro” que temos dentro de nós, uma vez que o “outro” não é senão o inconsciente, o que permite compreender o sentimento de estranheza quando experimentado por nós próprios (p. 20-21). Partindo dessa concepção da antropologia como ciência do significado, investe na segunda parte do livro nas idéias de Mauss para melhor fundamentar essa vertente assumida pela antropologia, particularmente influenciada pela contribuição desse autor.

No exame em torno dos textos mais marcantes de Mauss, revela não só as afinidades ou continuidades em relação ao pensamento de Durkheim, mas principalmente o aprofundamento e a singularidade na abordagem dada aos temas a que ambos se dedicaram, como aqueles ligados à dimensão da produção social do conhecimento e dos fenômenos ou das práticas religiosas. Se o segundo imprimiu um caráter sistemático e fechado às suas teorias, o primeiro atuou na perspectiva de deixar suas teses um tanto incompletas e em aberto, a serem retomadas posteriormente. A esse propósito Giobellina afirma que Mauss procurou “fazer falar aquilo que até então estava mudo” (p. 176), acrescentando a apreciação de Lévi-Strauss de que, do estudo dos fatos sociais como coisas, ele teria proposto estudar as coisas como fenômenos sociais. Tomando a atividade simbólica como o centro da vida social, e como postulado da escola sociológica francesa, destaca porém duas intuições essenciais avançadas por Mauss, a de que o símbolo depende da comunicação ou de uma comunhão, de modo que ele se fixa ao mesmo tempo no grupo e no inconsciente. Sendo a partir das duas instâncias que o sentido do símbolo é apreendido.

Por fim, introduz uma análise das “presenças maussianas” no pensamento de três autores, o primeiro é Lévi-Strauss, que aliás já vinha sendo feito ao longo desses capítulos dedicados a Mauss; o segundo Foucault, que admite não haver em toda a obra uma menção direta ao autor em estudo, mas com ele teria afinidades inegáveis em dois terrenos: o da “relação entre formação conceitual e práticas sociais e o da relação entre autoridade social e corpo” (p. 249); e o terceiro Mary Douglas, que, ao aceitar a influência de Mauss, retoma o estudo das técnicas corporais, em que o corpo opera como significante da sociedade. Sua conclusão é de que em última instância “a arbitrariedade do signo, seja lingüístico, seja corporal, assim como a ampliação do caráter simbólico a todo o campo do social tem sido a base de nossas ciências sociais” (p. 253).

Por tudo o que foi suscitado pela leitura do livro de Giobellina, só temos a recomendá-lo como um manual indispensável aos cursos de formação de antropólogos, por oferecer uma reflexão sobre os rumos atuais da antropologia, com ênfase sobre a sua tradição francesa, que nos é igualmente tão estimulante e fundamental.